

Marquetti, Fernanda Cristina; Camargo Ferreira Adorno, Rubens

Discursos e imagens da violência

Saúde e Sociedade, vol. 23, núm. 3, julio-septiembre, 2014, pp. 749-763

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263655004>

Discursos e imagens da violência¹

Discourses and images of violence

Fernanda Cristina Marquetti

Doutora em Saúde Pública. Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo.
Endereço: Alameda México, 20, CEP 07600-000, Mairiporã, SP, Brasil.
E-mail: femarquetti@uol.com.br

Rubens Camargo Ferreira Adorno

Livre Docente em Saúde Pública. Professor associado III da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
Endereço: Av. Dr. Arnaldo, 715, CEP 01246-904, São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: radorno@usp.br

¹ Pesquisa baseada na tese de doutorado "Discursos e imagens da violência", de Fernanda C. Marquetti, defendida na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Resumo

Este artigo baseou-se na pesquisa de doutorado "Discursos e imagens da violência", na qual abordamos as mortes violentas (homicídios) na metrópole de São Paulo, privilegiando o estudo das elaborações subjetivas e culturais que ocorrem em torno desse fenômeno. O objetivo desta pesquisa foi abordar dois tipos de discursos sobre as mortes violentas: o discurso de uma população submetida ao evento das mortes violentas e o discurso da mídia televisiva sobre o fenômeno da violência. Há duas vertentes metodológicas neste estudo. A primeira é uma abordagem etnográfica de um bairro situado ou visto como "território violento" na cidade de São Paulo. A segunda são duas análises de discursos sobre as mortes violentas: o discurso da mídia televisiva e o discurso dos moradores do território. Nos resultados da etnografia do território violento encontramos, na trama da sociabilidade, angústia, medo, estratégias de sobrevivência e outros subterfúgios para viver num bairro violento. Nas narrativas dos moradores encontramos uma série de discursos verbais fragmentados, caóticos, desorganizados onde estava presente o terror da proximidade excessiva com a morte. Em contraponto, na análise do discurso da mídia televisiva, encontramos o excesso de imagens, verbalizações, teorizações e interpretações sobre a violência.

Palavras-chave: Violência; Homicídio; Discursos; Antropologia Cultural.

Abstract

This article was based of the Ph.D research “Discourses and Images of Violence” in which we discuss violent deaths (homicides) in the São Paulo metropolis, favoring the study of cultural and psychic elaborations that happen around this phenomenon. The main objective of this research was to address two types of violent deaths discourses. The discourse of a population submitted to the event of violent death and the discourse of the televised media about the violence phenomenon. There are two approaches in the methodology of this research. The first one is an ethnographic approach to as seen as a violent territory in the city of São Paulo. The second one refers to two analysis of violent deaths discourses: televised media and narratives of the territory residents. The ethnographic results of the violent territory found in the sociability strand, distress, fear, survival strategies and other excuses to live in a violent neighborhood. In the resident narratives we find a series of fragmented verbal discourses, chaotic, not organized were the terror to excessive closeness to death was present. On the other hand, analyzing the discourse of the televised media, we find an excess of images, verbalizations, theories and interpretations about violence.

Keywords: Violence; Homicide; Discourse; Cultural Anthropology.

Discursos e imagens da violência

Este artigo tem como base empírica os resultados da pesquisa que deu origem à tese de doutorado em Saúde Pública “Discursos e imagens da violência”. Efetuamos uma investigação das mortes violentas, especificamente dos homicídios, na metrópole de São Paulo. Esse tema foi eleito como objeto de pesquisa em razão de sua relevância, seja pela magnitude estatística dos eventos, seja pelos impactos psicossociais que acarretam na população que vivencia em sua proximidade o contato com os corpos das vítimas de homicídios. Esta pesquisa buscou desenvolver novos olhares para o fenômeno da violência, assumindo a perspectiva da complexidade necessária para abordar a questão da violência expressada pelas chamadas mortes por causas externas, especificamente os homicídios que ocorrem em diversas regiões das grandes metrópoles. Como foco analítico, buscou-se uma ênfase na dimensão psicossocial e nos laços de subjetividade que os sujeitos-habitantes do território tecem com a violência.

Neste trabalho nos situamos num enquadre específico para estudar o tema da violência por meio dos óbitos por homicídio do PROAIM (Programa de aprimoramento e aperfeiçoamento de dados de mortalidade do município de São Paulo) ocorridos num bairro na periferia da cidade de São Paulo e discutimos as manifestações sob a forma de discursos e imagens que ocorrem em torno desses eventos (Ceinfo, 2002). Para manter o anonimato da população denominaremos o bairro “A Vila”.

Como etapas do trabalho, foi realizada uma etnografia no campo da pesquisa: um retrato da Vila e seus percursos; uma análise de discursos e imagens da violência através de fotografias elaboradas pelos moradores da Vila; e uma análise dos discursos sobre a violência na mídia televisiva, no programa pioneiro neste tema: “Programa Linha Direta” da TV Globo.

A proposta com esta abordagem foi compor um panorama multifacetado sobre o fenômeno da violência no território da cidade de São Paulo e mostrar a mediação entre elementos fundamentais na produção de sentido sobre a violência. Ou seja, da violência como um fato material atestado por meio das mortes contraposta à construção da violência mediante discursos e imagens, como os mitos cons-

truídos nas narrativas dos moradores do território, os discursos produzidos pela mídia sobre violência e os possíveis elementos do discurso da biomedicina presentes em ambos os polos.

Ao sujeito que habita o território da violência coloca-se a possibilidade de construção de sentido das experiências vividas na violência por meio de suas narrativas permeadas de sua subjetividade, que também é impactada por outras linguagens, como a mídia e o discurso biomédico. Nas últimas décadas do século XX, o tema da violência e da insegurança passa a se identificar com o tema da cidade e com determinados territórios. Se na perspectiva histórica e marxista a cidade e seus territórios eram classificados pela ocupação que as diferentes classes sociais faziam dela, a imagem contemporânea seria traduzida pelas “não relações”, pela segregação, pela negação, pelos grupos que se excluem, pelos territórios que se rivalizam e ganham má fama, e daí passam a ser estigmatizados, e essa estigmatização passa aos seus habitantes (Adorno, 1999).

O tema da violência tem em sua origem um plano comum com a saúde pública – anterior a apropriação deste campo pelo discurso biomédico –, como situa Foucault (2006), o desenvolvimento das ações de saúde e suas relações com o Estado legitimavam-se no discurso da defesa do território e, portanto, da segurança.

Uma questão que merece mais destaque no plano da discussão do tema “violência” na sociedade brasileira diz respeito a suas relações com a chamada “violência estrutural”, ou seja, a que é promovida pelo Estado, e especificamente no período mais próximo da vigência da ditadura militar. Como cita Caldeira (2000), muitos dos quadros, ou seus discípulos, atuantes na violência de Estado no período da ditadura ocupam lugares na mídia através da “fala do crime” visando contribuir para a construção de um clima de insegurança que sirva de justificativa para a adoção de métodos e medidas autoritárias por parte das instituições do Estado.

Outro aspecto importante é que a diferente especialização da violência na realidade situa diferentes e complexas relações entre os governos locais e as chamadas “facções criminosas” e entre o legal e o

illegal. O que está por trás de fatos como a significativa diminuição dos coeficientes de óbito por homicídio na metrópole de São Paulo é a percepção de que as relações estruturais da violência continuam presentes nas redes de sociabilidade das periferias (Feltran, 2011). Apesar da diminuição das taxas de homicídio, observamos que as relações de moradores de territórios violentos com o mundo do crime permanecem nas periferias em diferentes formatos e regidas por outras leis locais.

Coletados em 2002, os dados da pesquisa de campo deste trabalho apontaram um intenso conflito de vida na trama da sociabilidade local da Vila: o cenário de medo, a angústia, estratégias de sobrevivência e composição de vários subterfúgios da população local para sobreviver num bairro violento, onde havia a presença do PCC², que, nesse período, já planejava a “pacificação do crime”.

A chamada “pacificação” das relações internas ao “crime” se iniciou na passagem para os anos 2000 e se consolidou em 2003, quando, segundo relatos recorrentes obtidos em campo, o PCC assumiu a função de ordenar o “mundo do crime” no local. Com os diversos pontos de venda de droga obedecendo a um mesmo “patrão”, as disputas armadas entre eles se tornaram muito menos frequentes. (Feltran, 2011, p. 221). Entretanto, na Vila os efeitos da “pacificação das relações do crime” tardaram a chegar, pois em 2002 as disputas entre grupos rivais do mundo do crime eram constantes e as mortes por homicídio também. Outro aspecto diverso na Vila, naquela ocasião, diz respeito à motivação fútil dos homicídios pelos integrantes do chamado mundo do crime. Segundo pesquisas recentes tal prática foi coibida:

Quando moradores da favela ou jovens inseridos no “mundo do crime” dizem que “não pode mais matar”, o que se enuncia é um princípio instituído nos territórios em que o PCC está presente: a morte de alguém só se decide em sentença coletiva, legitimada por tribunais compostos por pessoas respeitadas do “Comando” [...] As punições são distribuídas sem a necessidade do homicídio (Feltran, 2011, p. 231).

No entanto, na Vila em 2002, os homicídios ocorriam por motivos pessoais e fúteis sem nenhuma das intermediações citadas, como na situação em que

² Organização auto denominada Primeiro Comando da Capital.

o chefe do crime local matou um rapaz porque este “olhou para sua mulher”. O retrato que apresentamos a seguir refere-se a esse período de “pré- pacificação do crime”.

Um percurso na Vila

Durante o processo de pesquisa, percebemos algo de importância fundamental sobre as “mortes violentas” (entre elas os homicídios): elas são as únicas que escapam do padrão de morte ocidental descrito por Ariès (1989) e ocupam um lugar de transgressão em relação ao tabu da morte na sociedade ocidental. As “mortes violentas” se subtraem aos ritos e controles estabelecidos pela cultura diante da morte e expõem a questão da finitude humana sem os subterfúgios envolvidos nas mortes naturais (Marquetti, 2011). A representação da morte na sociedade contemporânea mostra-se como tema importante na pesquisa. A morte na sociedade ocidental foi tratada ao longo dos séculos de diferentes formas, sendo que no período contemporâneo assistimos a um tratamento da morte onde circulam uma série de restrições, proibições e códigos que a levam cada vez mais longe dos vivos. As modificações socioculturais em torno do tema da morte levaram séculos para ocorrer, assim distanciando as lembranças de outra forma de convivência com a morte. A morte na cultura ocidental foi progressivamente silenciada, temida e hospitalizada, ou seja, ela raramente escapa às restrições colocadas quanto ao seu lugar, a sua forma e ao seu momento. Inúmeros rituais a cercam e desta forma temos um padrão de morte ocidental (Ariès, 1989).

Para aproximar-nos das mortes violentas e “olhar de perto” este evento, e, principalmente, não construir novas imagens e discursos artificiais como anteparo as mortes violentas, realizamos uma etnografia no bairro eleito. Dessa forma, abordamos as mortes violentas entre os sujeitos que, de forma mais imediata e contígua, se relacionam com essa violência, compartilhando-a, praticando-a, convivendo com ela e sofrendo sua ação.

Frequentamos o bairro durante seis meses, perambulamos pelas ruas buscando contatos informais, observando as interações locais, as unidades de saúde e nos articulamos a uma ONG (Organização não Governamental) para obter acesso local. Descrevemos o percurso no território da violência. A Vila

está geograficamente situada num dos limites do município de São Paulo. De um de seus lados estão encostas da Serra da Cantareira e de outro há uma área mais intensamente urbanizada de bairros de classe média e alta, da zona norte da cidade de São Paulo. Observamos que a Vila é um espaço de intersítio urbano bastante heterogêneo, onde há moradias de classe alta, média, baixa e até a presença de uma área favelada. É específico da Vila, em relação a outras áreas da periferia, a presença de uma delimitação abrupta em razão das barreiras geográficas da Serra da Cantareira e avenidas da área urbana que a cercam. Tal disposição traz a impressão de que a cidade não pode ali expandir sua periferia. A Vila ficou comprimida entre os bairros de classe média e a área favelada, que subiu os morros na encosta da serra numa ocupação irregular do território. Há também muita heterogeneidade dentro da área fechada das favelas, que pode ser observada nas segmentações geográficas e sociais determinadas pelo poder local do crime, nas diferenças de status da população, ordenadas conforme acesso aos dirigentes do crime, nas relações sutis de sociabilidade entre população local e dirigentes do crime, entre outras. Esse processo de ordenamento e diferenciação interna nas favelas foi amplamente discutido por outros autores (Zaluar e Alvito, 2004). Em nossa etnografia, encontramos situações de campo que revelavam detalhes dessas demarcações de territórios e das relações sociais, que puderam ser observadas em diferentes formatos mostrando que “a favela não é um lugar de carência e vazio” como denominam Zaluar e Alvito (2004, p. 7), mas sim um lugar de arranjos socioculturais, de negociação e de habilidades requintadas exigidas pelo convívio social.

A mãe de uma família de policiais revelou que um de seus filhos foi morto por um dos personagens do mundo do crime local, tal revelação repercutiu por horas em toda Vila, causando constrangimento ao processo da pesquisa. Uma antiga moradora da Vila responsável pela associação do bairro explicou sua função de vigilância ao mundo do crime: ela procura os responsáveis por roubos cometidos no espaço geográfico da Vila e aplica uma repreensão. Outra moradora revelou ignorar os corpos encontrados na viela do trajeto à sua casa para evitar problemas. Em outra situação, em que se velava o corpo de

um integrante do crime, soubemos da invasão ao velório pelos grupos rivais, culminando em outros homicídios. Tais situações demonstram uma Vila diversificada quanto aos habitantes do território, bem como quanto às relações de sociabilidade que se estabelecem para o convívio com os conflitos sociais. Há uma verdadeira trama de relações, gestos sutis e códigos de conveniência que sustentam a estabilização da Vila e quando um desses se altera ocorre um desequilíbrio na vida local. O retorno a esse território poderia ser interessante no momento atual para saber de que forma a hegemonia do PCC apaziguou os conflitos, mas não necessariamente anulou as diversidades.

A Vila caracterizada como “pobre e criminosa” pela população local está fechada dentro de seus limites. À medida que começamos a subir suas encostas percebemos que suas ruas são tortuosas e circulares, características de um local sem planejamento urbanístico, o que nos leva a retornar sempre ao mesmo ponto quando andamos por esse local de acesso às zonas mais altas. As ruas mal sinalizadas, a falta de espaço para a circulação de carros, as calçadas precárias, a iluminação pública insuficiente, o esgoto não canalizado nas ruas e outras limitações típicas de uma área pobre da cidade nos faz sentir que saímos da “cidade” para adentrar na “quebrada”. A concepção nativa dos territórios violentos pode auxiliar na compreensão dos lugares por onde circulamos, pois não se trata apenas de uma disposição geográfica, mas sim relacional:

A partir desta abordagem, o crime se encontra em justaposição com a noção nativa recorrente nos territórios por onde pesquisei: a quebrada. Essa noção é a maneira usada pelos meus interlocutores para referir-se aos seus bairros e as relações específicas entre seus moradores, ela remete também a uma disposição de apresentar o bairro onde se vive para quem é de fora, caracterizando-o como um lugar arriscado, hostil e perigoso para quem não pertence a ele e não conhece suas regras. A noção de quebrada é usada em alusão à ideia de um bairro periférico, uma noção eminentemente de caráter territorial; ela é caracterizada pelos altos índices de violência e pelo cumprimento pelas normas de conduta (Malvasi, 2012, p. 13).

Neste artigo, substituímos por codinomes os sete nomes das ocupações por favela: Favela do córrego; Favela do crime; Favela da ponte; Favela barraco; Favelado do cemitério; Favela nova; e Favela velha. Dentro de algumas dessas favelas encontramos verdadeiros labirintos, isto é, quando se entra em suas ruas, que existem oficialmente entre os logradouros do município, se abrem inúmeras vielas, becos e caminhos entre as casas que se confundem com o quintal das mesmas, impossibilitando para alguém que não vive no local habitar a área. Este tipo de espaço pode ser definido pela categoria urbana de “pedaço”:

O termo (pedaço) na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (Magnani, 1998, p. 116).

Obviamente, os espaços “públicos” improvisados não constam nos guias oficiais, e entrar neles somente é possível com a presença de um morador da área, por motivos de localização e também de permissão. Como a Vila tem a característica de ser fechada, mesmo quando andamos pelas ruas de fora das favelas, somos rapidamente reconhecidos como “alguém de fora”, todos os transeuntes e moradores percebem a presença de alguém estranho. Porém não se observa hostilidade, e sim, curiosidade pelos estranhos, ou seja, éramos alguém de fora do “pedaço” conforme definição:

Entretanto, não bastava passar por esse lugar ou mesmo frequentá-lo com alguma regularidade para ser do pedaço; era preciso estar situado (e ser reconhecido como tal) numa peculiar rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas etc. Assim, era o segundo elemento - a rede de relações - que instaurava um código capaz de separar, ordenar e classificar: era, em última análise, por referência a esse código que se podia dizer quem era e quem não era “do pedaço” e em que grau (“colega”, “chegado”, “xará” etc.) (Magnani, 2002, p. 21).

Durante a etnografia na Vila, tivemos que percorrer um longo caminho para alcançar nossos objeti-

vos e no percurso surgiram elementos de trabalho inesperados que geraram novas questões. Além do “pedaço” como uma noção urbana, adentramos também, como já anunciamos acima, no espaço da “quebrada”, – designação que vai além do espaço geográfico e urbano para falar da própria situação da vida de quem vive nesses espaços. No início da pesquisa, consideramos a fase etnográfica como meio para obter as narrativas e imagens da violência elaboradas pelos habitantes locais. Entretanto, constamos que o próprio percurso de busca já revelava as imagens da violência. No texto completo da tese (Marquetti, 2004) são descritos de forma literal os passos para alcançar as “narrativas e imagens da violência”, pois a própria sequência dos acontecimentos revelou os meandros nos quais a violência se esconde. Ou seja, fomos guiados na pesquisa pelos diversos acontecimentos da Vila naquele período: “toque de recolher”, homicídios de “familiares do mundo do crime” por grupos rivais, ações policiais não oficiais, “acertos de contas” entre a criminalidade local, cenas de homicídios triplos durante velório de integrante do crime, reações de medo e angústia desmedidas, etc. Quando iniciamos o trabalho de campo consideramos que aquele era um período turbulento na região, mas no final percebemos que era a estranha rotina da Vila! Neste trabalho não podemos apresentar o conjunto de dados, portanto colocamos apenas um episódio que retrata e sintetiza este processo do campo.

Mito do Diabo e imagem velada

Ao longo de meses, fizemos nossa aproximação com os habitantes locais da Vila com certo acolhimento, no entanto sempre que solicitávamos depoimentos ou imagens sobre a violência havia uma reação de perplexidade e pavor. Obtivemos várias narrativas, mesmo que restritas e cerceadas pelo medo, mas as imagens da violência não apareceram na etnografia. Numa das últimas fases do campo, a interação com uma moradora local esclareceu esta situação sobre as imagens da violência. Observamos como relevante o fato da narrativa da entrevistada apresentar um discurso entrecortado, fragmentado, sem linearidade, o que é uma característica da vida das “quebradas” e de uma linguagem da “vida loka”,

como expresso pelos mais jovens e como mostra Malvasi (2012). Para redigir esta narrativa empreguei muito da minha construção de texto (preservando o conteúdo), pois algumas falas eram ininteligíveis: um apanhado de informações e episódios caóticos, frases soltas e sem nexo, momentos de choro, ou seja, completamente desestruturadas. Ressalto que esta característica da narrativa da entrevistada não se relaciona com o seu grau de instrução ou com sua capacidade verbal, mas sim com a desorganização que o tema da violência e da própria vida descontínua e precária do espaço urbano promovem em sua vida. Observamos também que a postura da entrevistada diante da violência local e a aceitação da entrevista foi uma exceção no campo etnográfico. Na maioria das vezes obtivemos relatos parciais, fragmentos de estórias, repetições de discursos da mídia, ou evasivas.

A narrativa

Clarice relatou que a violência na Vila é variável, ou seja, há períodos em que aparecem muitos mortos e outros de “calmaria”, nos quais não acontece nada. A violência na Vila é cíclica, e se relaciona com as disputas entre grupos rivais do crime, com as delações à polícia e com outros movimentos próprios da criminalidade, portanto, quando um homicídio ocorre outros são desencadeados. Depois de relatar vários episódios de crimes e homicídios na Vila, Clarice seguiu por sua própria iniciativa e falou sobre um membro do crime chamado Z. Ela referiu que Z matava as pessoas na Vila à luz do dia, sem motivos, por besteiras, e que todos os moradores tinham muito medo dele. Ela relatou que ele dizia ter um pacto com o Diabo e que por isso não morria. Contou-nos que ele matou um menino à luz do dia enquanto jogava bilhar num bar da Vila, porque ele “olhou” para a mulher dele. Referiu que não houve qualquer relacionamento afetivo ou sexual entre este menino e a mulher de Z e que ele o matou apenas porque olhou para a sua mulher. Na sequência ela disse que as outras mulheres (um grupo de mulheres de uma ONG, com a qual tivemos vários contatos no campo) não queriam falar conosco sobre a violência na Vila porque tinham medo de Z. Neste momento, ela hesitou e assustada perguntou: *Você não é da*

polícia, não? Afirmei que não e expliquei novamente sobre a pesquisa e o sigilo da mesma, ela seguiu falando sobre Z e contou que ele havia sido preso, mas que ainda tinham pessoas de seu círculo que controlavam tudo na Vila. Quando perguntei sobre o perfil de Z, ela descreveu uma figura que traduzia um “personagem lendário” na Vila. Ele pareceu ser algo imaginário, um homem cercado de mitos e estórias irreais. Z é um líder da criminalidade na Vila e, apesar de ter sido preso há dois anos, exerce muita influência na localidade e na vida da população. Ele está envolvido com o tráfico de drogas, assaltos e homicídios das pessoas que desrespeitam as regras colocadas pelo seu grupo do crime, exerce também um papel de representante da “justiça”, pois se alguém envolvido com a criminalidade roubar os moradores da Vila ou suas casas, ele os mata. Perguntei se todos na Vila o conheciam, ela disse que sim e afirmou que muitos moradores da Vila assistiram ele matando pessoas. Ela começou a recear que alguém estivesse ouvindo nossa conversa na sala, olhou pela veneziana da janela e para o teto da sala procurando câmeras e disse: *Será que estão nos filmando?* A entrevistada se mostrou extremamente angustiada, persecutória, quase chorou e falou sussurrando que estava com muito medo por estar falando sobre o Z. Reafirmei novamente meu compromisso com o sigilo e expliquei como as informações dadas naquela entrevista seriam trabalhadas para não expor ninguém a riscos. Prosseguindo, ela contou como Z foi preso e nos permitiu compreender os receios suscitados pela nossa proposta com fotografias na Vila. Z se vangloriava de que a polícia não conseguia prendê-lo ou matá-lo, pois não conheciam seu rosto, ela voltou a falar do pacto dele com o Diabo e parecia acreditar nisto. Até quando ele matou aquele menino na mesa de bilhar que “olhou para a mulher dele” nada aconteceu a ele. Segundo ela, a família do rapaz ficou revoltada e procurou os “direitos humanos”, eles entregaram à polícia uma foto de Z tirada às escondidas durante uma festa de aniversário e assim a polícia ficou conhecendo a fisionomia dele e conseguiu prendê-lo. Ela disse que achava difícil alguém tirar fotos na Vila, pois poderiam estar tirando fotos de um “deles” (membros do crime) sem saber. Quando a entrevistada revelou o incidente que levou a prisão de Z percebemos que a

proposta de fotografar as imagens da violência na Vila transitava por uma narrativa da cultura local que envolvia o mito de Z. Tecemos algumas reflexões sobre a situação emblemática da etnografia: um líder da criminalidade “sem imagem” e com um “pacto com o Diabo” que teve sua carreira no crime parcialmente limitada através de uma fotografia. Em todo percurso etnográfico na busca de imagens da violência tateamos às cegas o território, pois o desconhecimento inicial da história deste lugar nos impedia de compreender as regras de sociabilidade (e de sobrevivência) ditadas pelo crime, ou seja, na Vila fotografias são proibidas. Como não éramos “do pedaço” não sabíamos das regras locais.

Sobre a questão do “Pacto com o Diabo” encontramos importante referência que pode elucidar a narrativa sobre Z:

O Ocidente e a América do Sul têm um vasto acúmulo de mitologias sobre o homem que se coloca à margem da comunidade para vender a alma ao Diabo em troca de riquezas que não só terminam sendo inúteis, como passam a representar o desespero, a destruição e a morte. O que esse contrato com o Diabo simboliza? A era de uma luta antiga entre o bem e o mal? A inocência dos pobres e os malefícios da riqueza? Mais que isso: o lendário pacto com o Diabo é uma acusação contra o sistema econômico que força os homens a trocar suas almas pelo poder destrutivo na mercadoria (Taussig, 2010, p. 18).

O autor tece o argumento de que as populações submetidas à proletarização no Ocidente e na América do Sul invocam o Diabo para explicar processos de vantagens econômico-sociais de alguns sujeitos da comunidade. Segundo ele, essa forma de construção simbólica coletiva tem como função lidar com o terror imposto a tais comunidades pelas regras de expropriação econômica. No nosso caso a venda da alma ao Diabo ocorre para obter vantagens econômicas advindas dos negócios do crime (não ser morto ou preso) e a comunidade invoca essa lenda para conviver com o terror imposto pelo mundo do crime. Outros elementos desta concepção também são encontrados na narrativa sobre Z “[...] por que não considerar tais crenças por si, em toda sua vivacidade e minúcia, como uma resposta das pessoas ao que elas veem como um modo maligno e destrutivo de ordenar a vida econômica” (Taussig, 2010, p. 42).

Há a percepção de malignidade de Z dentro das relações de poder da Vila e outro achado compatível com essa concepção refere-se ao caráter de perigo e transgressão em torno deste personagem:

Aqui seria interessante ponderar sobre a natureza do mal (diabo) nesses pactos - o sentimento *perigo-*so** gerado por esses contos de estranheza de limites transgredidos, de profundidades inexploradas e, talvez, inexploráveis. Até falar sobre este tipo de coisa parece ser um risco - não importa em que medida- de se poluir pelos poderes em questão; é, portanto, para a coalescência entre perigo e imortalidade que gostaria de chamar a atenção- para um foco específico da prática religiosa: o pouco compreendido lugar-comum que é o tabu, e desse modo, a transgressão (Taussig, 2010, p. 338).

Z confunde-se com a figura do Diabo e converteu-se num mito na vila, vemos na narrativa que se tornou um verdadeiro tabu o silêncio imposto a sua volta e falar sobre ele e suas lendas (quebrar sua áurea de proteção) significa transgredir e se expor ao perigo. O chefe da criminalidade tornou-se um tabu e quem o enfrenta deve pagar o preço da transgressão. Entretanto, nesta história (estória) da Vila surgiu um verdadeiro “herói” que enfrentou a força lendária de Z, pois quando a família de uma de suas vítimas entrega sua fotografia a polícia o mito se desfaz. É curioso notar que o mito sem rosto é desfeito pela sua própria imagem. A transgressão não gerou punição direta e encerrou (mesmo que parcialmente) um período de terror na Vila. Em quase todas as situações do campo obtivemos fragmentos caóticos de discursos verbais ou ausência de discursos imagéticos sobre a violência com a população local. No percurso do campo, conseguimos apenas uma ausência de imagens e nossa proposta de analisar as imagens da violência foi subvertida. Consideramos este episódio simbólico de todo universo da violência local, pois houve inúmeras outras narrativas de moradores da Vila que apontaram no sentido da sociabilidade local camuflar, negar e encobrir com véus tênues a violência escancarada na Vila. Nas narrativas verbais os habitantes da Vila não revelam uma opinião sobre a violência, repetem o discurso veiculado pela mídia, referem-se à doença mental dos envolvidos no crime e seus discursos são fragmentados e incoerentes. Na maioria das vezes,

elas negam o convívio constante com homicídios, minimizando estes fatos, referem que toda cidade é violenta, desacreditam dos dados estatísticos, ou apenas não falam sobre o assunto. Há um mecanismo de negação coletivo que os afasta da percepção da realidade local. Uma construção imaginária coletiva de uma “vila feliz” que elabora uma narrativa de negação da violência, é, em alguns episódios, abruptamente interrompida pela realidade de um corpo morto encontrado nas vielas. Muitos aspectos estão envolvidos numa morte por homicídio na Vila. Assim, podemos abordar esta questão por outra via paralela. Após a consistente negativa dos habitantes locais em produzir as imagens da violência, reinterpretamos nosso objeto de pesquisa a partir do resultado final: a ausência de imagem. Nossa objeto de pesquisa foi subvertido pelo campo etnográfico, e assim, revertemos nossa indagação. O que é uma ausência de imagem? Uma imagem que não se revela, uma imagem velada. Esta pode ser remetida a algumas formas de significação: a ausência de luz e a falta de visibilidade. Da mesma forma nosso objeto de pesquisa apareceu escamoteado durante todo processo de campo: das mortes violentas não se fala naquele território, nega-se a convivência com os homicídios diários, enfim, há uma negação das mortes explícitas do local.

Esta necessidade dos habitantes da Vila de representar a morte contígua e cotidiana pode ser a origem da imagem velada. Observamos um precário equilíbrio psíquico e cultural no território violento, onde os habitantes estão em constante “negociação” com sua própria percepção, pensamentos, memória e sentimentos para tolerar o cotidiano de violência. A morte insiste em colocar-se em cena e demanda sua representação. A imagem velada pode revelar algo sobre a representação da morte na cultura ocidental: a morte silenciada e temida quando escapa às restrições colocadas quanto ao seu lugar e sua forma (como nos homicídios) tornam-se um tabu – objeto intransponível e elemento impossível de significação.

Dessa forma, são explicados os mecanismos subjetivos e culturais da Vila colocados em ação para conviver com homicídios constantes em seu território. Se a função de toda significação pelo discurso verbal ou imagético é integrar um objeto à

vida psíquica e cultural, pedimos à população que se dirigesse a um objeto que não permitia significação e, portanto, não permite integração na sua vida. Se tivessem feito dessa maneira, estariam expostos a romper o precário equilíbrio psíquico e cultural do território, portanto, eles sabiamente recusaram.

Entre o objeto e a sua existência é necessário o olhar do sujeito que o determina. O sujeito ao olhar um objeto concretiza sua presença, ou seja, lhe confere a sua existência. Sendo assim, o que encontramos é a estranha situação de um objeto que não é olhado, um objeto que não captura olhar algum. A ausência de luz e de visibilidade das mortes violentas criou uma imagem velada.

Os lugares singulares da Vila

No contato com a Vila em busca das imagens e narrativas que revelassem as imagens da violência, encontramos uma série de lugares, geografias especiais, situações particulares e espaços urbanos que nos pareceram muito peculiares. Durante a busca insistente das imagens da violência elaboradas pelos moradores locais, surgiram outras imagens surpreendentes, porém estas imagens vinham do olhar do pesquisador e, assim, de outro viés. Mesmo sabendo das armadilhas que as imagens podem guardar, as peculiaridades desses lugares nos levaram a refletir sobre a questão do espaço geográfico e a sua ocupação pelos sujeitos. O lugar habitado é mais um espelho das questões relacionais e culturais dos seus moradores e assim acontece na Vila. As referências da antropologia urbana mostram que a cultura das cidades pode ser estudada através do seu espaço e pela forma como seus moradores o habitam. Portanto, podemos dizer que em uma cidade ou um bairro os seus “nativos” constroem lugares, criam referências geográficas, dão sentido ao espaço que antes era neutro, enfim, habitam o espaço geográfico e o transforma em lugar simbólico (Magnani, 1996). Observamos no espaço geográfico da Vila e nos seus arredores os lugares que guardavam alguma relação com a questão da violência e sua trama simbólica. Elegemos um desses lugares para discutir neste artigo: A Pedra. Reconhecemos que caímos novamente na armadilha em que os discursos sobre a violência lhe são sempre externos. Este discurso

foi elaborado “de fora e de longe” pelo referencial do pesquisador. No entanto, mesmo cientes de tal fato, vamos retratar um lugar da Vila que nos pareceu intrinsecamente articulado à violência local.

A pedra, o umbigo da Vila

Na etnografia da Vila observamos que sempre que solicitada uma referência de localização para um morador da Vila a “Pedra” era citada. Assim, quando nos perdíamos nas ruas sem planejamento, os moradores indicavam a Pedra como referência espacial de localização. Este procedimento ocorria mesmo quando a “Pedra” não tinha nenhuma relação ou proximidade com o local procurado. Outras situações no campo revelaram a importância da “Pedra”, pois quase todos os habitantes citavam o lugar para referenciar uma favela, uma região perigosa, um local público, etc. Ou, simplesmente diziam: É... *Tem a Pedra!* A recorrência dessa situação direcionou nosso olhar etnográfico a ela. Portanto, começamos descrevendo a “Pedra”: está situada num pequeno espaço urbano, numa área formada pelo vértice de duas ruas que terminam numa subida íngreme e leva da área mais baixa à área mais alta da Vila. A localização espacial da “Pedra” não é central, ou seja, ela não está no centro da área geográfica da Vila nem numa via principal. Quando observamos o mapa com os logradouros públicos e oficiais podemos dizer que ela está deslocada à direita do centro geográfico da Vila. Mas, certamente, foi eleita pelos moradores da região como o centro simbólico do lugar. Mas, simbólico de que? A “Pedra” é natural da área (a região é montanhosa e há muitas rochas deste tipo) e uma espécie de praça improvisada foi construída em torno dela, num terreno sem calçamento ou outro equipamento urbano. Ou seja, não há bancos, mesinhas, *play-ground*, enfim, não há nada além da Pedra. Na própria “Pedra” não observamos nada de significativo, exceto algumas pichações. A “Pedra” é um ponto de encontro de moradores da Vila, e observamos que estas pessoas que frequentam “A Pedra” são as mesmas indicadas pela população local como aquelas envolvidas na criminalidade. Observamos pelo mapa da área, que a “Pedra” se situa num triângulo que é uma confluência de favelas descritas como áreas sujeitas à violência devido à

criminalidade local. A “Pedra” está no caminho de quem vai para: Favela nova; Favela do crime; Favela da ponte; e Favela barraco. Sugere-se que se a “Pedra” não é o centro geográfico da Vila, ela é um ponto de encontro na área de criminalidade. E, também, este parece ser o lugar que representa a violência para a população local, pela necessidade da população de escoar, marcar, delimitar a violência da sua área num lugar específico. A “Pedra” parece ser um símbolo geográfico que condensa os significados da criminalidade e talvez, por isso, ela seja tantas vezes referida pela população local. Esta “Pedra” sugere ser o centro de onde se emana e se controla a violência, ponto de união dos caminhos e onde se cruzam os grupos da criminalidade local. Encontramos uma referência na mitologia grega sobre uma pedra denominada “Onfalô”, da qual se emanam as forças do mundo:

O onfalô é universalmente o símbolo do centro do mundo. Um número muito grande de tradições supõe que a origem do mundo tenha vindo de um umbigo, de onde a manifestação se irradia nas quatro direções. Mas o umbigo não indica apenas o centro da manifestação física; é também o centro espiritual de um mundo [...] Na arte simbólica, o onfalô em geral é uma pedra branca erguida, de topo ovóide; muitos modelos são circundados por uma ou diversas serpentes [...] O onfalô simboliza o poder vital que domina as forças cegas e monstruosas do caos; hoje em dia seria considerado a ordenação racional da vida. Mas uma ordenação obtida por um domínio interior; por uma vitória sobre si mesmo, e não por auxiliares externos (Chevalier e Gheerbrant, 1989, p. 659-660).

Existem muitas coincidências entre nossa a “Pedra” e o “Onfalô”. A “Pedra” é o caminho para as quatro grandes favelas da área, as quatro direções no mundo da Vila. Ela não é um centro físico, mas um centro espiritual da Vila, do qual emanam as relações de força da violência, mas, sobretudo, é um ponto de organização da Vila, uma referência, um lugar de ordenação criado pela própria cultura local e incrustado entre as forças da criminalidade. Não sabemos qual é a comunicação assegurada entre os homens na “Pedra da Vila”, mas é visível para quem circula pelo local que ela é um ponto de encontro do mundo do crime.

Na exploração do território, somos remetidos a esse lugar mítico na Vila, referência ao controle das forças do caos e do mal. E, novamente, agora pelas narrativas geográficas, retornamos ao tema do diabólico. Enfim, alcançamos o umbigo da Vila: centro de energias transformadoras e de comunicações, centro que assegura a comunicação dos homens com o caos primordial, no nosso caso, a violência.

Os discursos verbais e imagéticos da mídia

Uma das características centrais da modernidade é seu elemento reflexivo (Giddens, 1991; Beck, 1997), ou o fato de ser produto da intervenção que exerce sobre si mesma. Essa reflexividade também passa a ser exercida a partir de sistemas peritos que abalizados pela técnica e ciência, motores dessa mesma modernidade, passam a explicar os fenômenos e através da mídia traduzem explicações para o que se passa desde as células e a genética como o cotidiano. Os próprios autores não descartam – ao situar a violência – que sua compreensão frente a modernidade necessitaria compreender nexos de sentido que se criam através da tradição e da própria modernidade.

Na etnografia as narrativas da violência falavam de mitos evocando assim a “tradição”, como bem aponta Taussig (2010) em relação à própria barbárie e violência da América Latina que passa a ser contada através de mitos, pois a sua vivência cotidiana supera os limites do próprio humano – como a história de assistir a mortes sumárias e a sangue frio. Outro dispositivo da modernidade é a reflexividade que pode ser interpretada a partir da ação e da explicação corrente nas mídias.

Na última parte desta pesquisa identificamos e analisamos os discursos sobre a violência na mídia televisiva. Apresentamos uma sinopse dos discursos da mídia televisiva em contraponto com os resultados da etnografia da Vila. No discurso da mídia alcançamos o discurso genérico e imaginário sobre a violência, pois sabemos que a mídia televisiva condensa os vários discursos da sociedade contemporânea (Freitas, 1992). Nossa objetivo com essa metodologia foi conhecer como o sujeito que habita o território da violência têm sua construção de sentido das experiências da violência permea-

das por determinantes socioculturais da mídia e do discurso biomédico. Nesta etapa conhecemos os vários discursos midiáticos que repetidamente se manifestam em torno das “mortes violentas” e questionamos: A quem (ou a que) servem? Qual seu significado? Como esses discursos retornam em diferentes aparências? Como aplacam a angústia suscitada pelas “mortes violentas”? Com quais elementos discursivos, habitualmente, as mortes violentas se articulam nos discursos? Na sociedade contemporânea, a mídia ocupa um lugar privilegiado de produção de sentido. Nela encontramos uma mescla de discursos mais recorrentes sobre a violência: o discurso policial, governamental, religioso, jurídico, político, médico-psiquiátrico, científico, o sanitário, o místico, sendo seu próprio discurso um aglutinador de todos. Portanto, o abordamos nas suas nuances, variações, sobreposições de sentido, enfim, procuramos identificar a presença dos vários tipos de discursos sobre a violência.

Para a execução desta parte do trabalho, escolhemos o programa da mídia televisiva “Linha Direta” da emissora TV Globo. Na época esse programa tinha exibição semanal, no horário nobre e abordava a questão da violência. Foi um dos programas pioneiros na televisão brasileira sobre violência e permaneceu em exibição por mais de dez anos, sendo o precursor de vários programas do mesmo gênero. Porém, algo mais determinou nossa escolha, esse programa apresentava “simulações da realidade” da violência através de discursos e imagens. O programa Linha Direta é produzido pela TV Globo e apresentado ao público pela emissora como um produto de cunho jornalístico e, portanto, pretende retratar a realidade de casos verídicos. Entretanto, quando contatamos a emissora, com o objetivo de conseguir as gravações com os programas, obtivemos outra informação. A emissora nos informou que fornecia cópias gravadas apenas de sua programação jornalística e que o referido programa fazia parte do núcleo de teledramaturgia. Casualmente, obtivemos uma informação importante para esta pesquisa. Pois, a emissora apresenta o programa para o público como programação jornalística, mas o concebe como dramaturgia. O programa Linha Direta não é uma representação da realidade via jornalismo investigativo, e sim, uma construção imaginária.

Observamos o programa durante vários meses e constatamos que as histórias relatadas tinham uma estrutura fundamental que se repetia continuamente ao longo dos programas. Assim, os programas para a análise foram selecionados de forma aleatória, gravados e assistidos repetidamente. Observamos associações discursivas que apareciam frequentemente: entre crime e desvios comportamentais, crime e perversão sexual, e crime e “animalidade humana”, ou seja, “desvios psiquiátricos” no lugar de não humanos. Embora façamos uma análise detalhada dos programas selecionados no trabalho completo, aqui colocamos apenas recortes que julgamos necessários para a compreensão do conjunto.

Em cerca de quatro programas mensais, cada um com a apresentação de dois casos de violência, todos eles continham os elementos citados associados aos criminosos. Muitas vezes, eram detalhes periféricos ao caso que, aparentemente, não faziam parte do enredo do crime, por exemplo: episódios de emoção associados com loucura; ênfase na diferença de idade entre um par amoroso envolvido no crime (como se fosse uma transgressão sexual, um incesto); a caracterização explícita dos atos do criminoso como algo sem razão, instintivo e animal; insinuações de que amores proibidos socialmente terminam em tragédia; etc. Enfim, caímos nos conhecidos casos de associação entre criminalidade e tipos de anormalidade mental. Estes tipos foram cunhados desde o início da medicina mental até a psiquiatria moderna no século XX (Foucault, 1997) e vemos novamente na época atual uma associação insistente entre crime e as formas clássicas de anormalidade mental. Sabemos que esta associação entre crime e loucura ocorrida no período denominado “A grande internação” foi uma justificativa para o internamento da loucura (Foucault, 1972). A periculosidade dos loucos, ou seja, a sua suposta potencialidade em cometer atos violentos ameaçava os normais, e assim, obteve-se o motivo científico e racional para a criação do modelo dos manicômios. Sabe-se que o nascimento da medicina psiquiátrica teve um papel central na regulação das normas de viver (Foucault, 1972). E agora, na sociedade contemporânea, na qual a mídia tem um papel fundamental na constituição do estilo de vida, veiculam discursos da medicina sobre o crime, violência e loucura. Re-

encontramos no programa Linha Direta a medicina com seu poder de julgar, seu papel de colaboradora com a lei e sua função de controle e higiene social. Mas uma questão nos pareceu incongruente: agora que a associação loucura-violência-crime está estabelecida culturalmente, por que presenciamos a construção da relação inversa? Por que a insistência em encontrar características de loucura e anormalidade mental nos criminosos? Aparentemente, as associações encontradas na cultura midiática não têm objetivo, visto que a motivação anterior se cumpriu historicamente, ou seja, o internamento e institucionalização da loucura. Mas, algo se revela aos poucos. Observamos na construção do saber psiquiátrico, que o verdadeiro objetivo da psiquiatria nunca foi o tratamento mental, mas sim fazer parte do sistema de controle social. Psiquiatria e Justiça dividiram poder sobre o “indivíduo perigoso”. O sujeito criminoso-anormal justifica e autoriza o saber médico sobre ele. Se a imposição do conceito de periculosidade à loucura serviu para autorizar a internação e o isolamento dos loucos pela psiquiatria, a articulação entre crime e loucura serviu para a psiquiatria estender seu poder e sua atuação (Foucault, 2002). Quando é atribuída uma doença ao ato de crime, este não escapa do poder e do controle social. Pois dependendo da instância de poder que cuida do caso, temos dois destinos institucionais diferentes a serem seguidos: um pelo criminoso e outro pelo doente mental. Outra consequência fundamental é que o poder psiquiátrico ganha possibilidade de intervenção preventiva em relação ao crime-loucura. Este processo ocorre na psiquiatria por meio de seu saber-poder de reconhecer sinais e sintomas e prever através de diagnósticos estabelecidos quem são os sujeitos capazes de cometer loucuras-crimes. Aqui há um dos motivos essenciais para caracterizar o crime como loucura, ou seja, se o criminoso é um louco ele pode ser diagnosticado com antecedência e seu ato é prevenido. O poder psiquiátrico não podia ser apenas uma forma de repressão como o poder judiciário, portanto, sua diferença fundamental de poder está em antecipar os atos de crime-loucura e preveni-los. E no crime com origem numa forma de loucura, o isolamento se dará de forma mais rápida e eficiente através da internação psiquiátrica (Foucault, 1972). Assim,

vemos que as relações entre crime e loucura, ou entre o judiciário e a medicina mental, estão longe de ser esgotadas. Não podemos deixar de lembrar que, concomitantemente à exibição do Linha Direta tramitava no Poder Legislativo o projeto de lei “Paulo Delgado” sobre a Reforma Psiquiátrica (atual lei nº 10.216), que propunha a retomada dos direitos civis dos sujeitos com transtornos mentais. Esta lei defende o conceito de “não-periculosidade” dos sujeitos com transtornos mentais (Brasil, 2001). Talvez, este projeto de lei fosse o motivo para novas forças estarem se movimentando na relação crime-loucura.

Discussão final

A sobreposição de determinantes culturais na produção de sentido dos sujeitos do território violento tornou-se evidente nesta pesquisa, numa trama que reúne na contemporaneidade o “saber perito” e a tradição. A mídia, o discurso biomédico e os mitos locais foram incorporados nas formas de significação da violência local e nas possibilidades e estratégias para conviver com esse território violento. A trama da sociabilidade local usou destes artifícios simbólicos para sobreviver na Vila com a angústia e o medo advindos do terror das mortes violentas. Os processos e as teias da violência na sociedade contemporânea exigem formas de compreensão que contemplam a subjetividade da população, os seus territórios nas suas singularidades míticas e históricas, a irradiação de discursos oficiais e midiáticos dentre uma variedade de fatores que compõem este contexto. Recortar a violência e suas mortes em dados epidemiológicos com fatores de risco escamoteia a rede de relações do território, a intersubjetividade entre o local-global e os determinantes históricos do contexto. A etnografia e suas possibilidades de conhecer “de perto e de dentro” um lugar qualificado no início apenas como “bairro violento” permitiu desvendar segredos locais, histórias fantásticas, mitos e figuras lendárias do lugar. Em contraponto, se distanciar da realidade local e conhecer discursos genéricos e construções midiáticas sobre a violência, colaborou para perfilar o esteio em que a subjetividade da população local é erigida. A separação extrema destas duas formas de construções de sentido para a violência, da população do território

local e da mídia, lançou-nos numa busca impossível. E na procura de imagens da violência encontramos uma miríade de imagens midiáticas que turvam nossa compreensão e uma imagem velada.

Tecemos algumas considerações e situamos os tópicos principais que surgiram com preponderância no processo. Iniciamos com a hipótese de que as mortes violentas trazem consigo um aspecto de desorganização psíquico-cultural e essa desordem causada pelas mortes violentas atrai inúmeros recursos que visam minimizar seu efeito. Entre esses recursos que aplacam os efeitos desorganizadores estão os discursos verbais e imagéticos, que passam a fazer parte da subjetividade a partir dessas experiências cotidianas de sofrimento social. Na análise dos discursos da mídia que permeiam as mortes violentas, pudemos comprovar claramente como a angústia suscitada por este tipo de morte descontina inúmeros discursos apaziguadores. Quando analisamos o programa “Linha Direta”, encontramos um poderoso discurso imaginário que engloba recursos verbais e visuais e produz uma ampla construção de sentido. A mídia ocupa na atualidade uma centralidade que aglutina, condensa, transforma, permuta e irradia os sentidos produzidos no mundo. Esta construção de sentido influencia nosso imaginário cultural e predomina como “verdade”. Encontramos nesses discursos produzidos pela mídia e permeados pelo discurso biomédico as fórmulas clássicas de solução de conflitos humanos. Ou seja, reconhecemos os conflitos que repetidamente incomodam a humanidade e a consequente associação entre criminalidade e tipos de anormalidade mental estabelecida pela psiquiatria moderna (Foucault, 1997). Ao longo de dois anos de observação dos casos do programa “Linha Direta”, encontramos estruturas que se repetiam infinitamente. Por outra via, esse excesso de palavras, ideias, imagens, suposições e teorias da mídia sobre a violência se contrapõe ao vazio absoluto ou ao limite do visível e ao sofrimento encontrado nos sujeitos que convivem com a violência. Na Vila tivemos contato direto com os lugares da violência e suas mortes e observamos que a população local revela uma ausência quase total de discursos verbais ou visuais. Esta população submetida à violência não produz discursos, mas sim relata informações, oferece depoimentos, no entanto as

interpretações raramente são verbalizadas. Esses relatos aparentemente “colados” à realidade não eram versões ou discursos, mas fragmentos de realidade descritos sem articulação. Outro ponto destacado foi que o único discurso sobre violência encontrado entre os moradores da Vila é o próprio discurso da mídia. Embora, saibamos do poder de construção de sentido da mídia associada à Biomedicina, algumas constatações foram surpreendentes. Em várias situações os moradores da Vila se recusavam a olhar “de dentro e de perto” a violência local. O olhar deles somente era possível “de fora e de longe” (Magnani, 2002, p. 17) daquela área violenta onde estavam inseridos. Nos discursos da mídia repetidos pelos moradores da Vila, encontramos as mesmas categorias citadas anteriormente de que o criminoso é o outro, o estrangeiro, o de “fora”, aquele que não tem caráter, que porta a violência como algo intrínseco. A contradição era explícita: os moradores da Vila informavam objetivamente sobre a criminalidade local e repetiam os discursos apaixonados da mídia sobre a violência genérica. Contradição inerente ao psiquismo humano em conflito. A Vila ressaltou o silêncio, a imagem velada, o vazio e a angústia. A falta de imagens na pesquisa foi desconcertante, mas acabou revelando algo crucial: a proximidade com as mortes violentas não permite discursos para aplacá-las, pois estes recursos de apaziguamento operam apenas à distância. O encontro de algumas situações permeadas de estratégias, mitos, lendas e estórias elaboradas para conviver com a morte e a violência foram surpreendentes. O mito do Diabo (Taussig, 2010), uma pedra que remete ao “Onfalô” (Chevalier e Gheerbrant, 1989) e as “quebradas” de linguagem da “vida loka” (Malvasi, 2012) revelaram a diversidade de recursos psíquicos e culturais necessários para a sobrevivência dessa população da Vila.

No discurso da Saúde Pública, encontramos muitas ausências em relação à violência e aos homicídios. O primeiro ponto refere-se às próprias instituições locais, que não se relacionam ou não tem por hábito compreender os dados epidemiológicos de determinada região, assim observou-se um desconhecimento do tema pelos trabalhadores e gestores de saúde locais. Sequer a informação epidemiológica produzida sobre os óbitos por homicídio do Programa de Aprimoramento e Informação sobre

Mortalidade no Município de São Paulo era assimilada pelo setor da saúde. Entretanto, aproximar-se do fenômeno da violência e avaliar a significação de seus homicídios exige ultrapassar o panorama dos dados epidemiológicos que podem apenas revelar dados e associações de fatores. Pensar a violência dentro do campo da saúde exigiria um esforço que talvez intensificasse a esfera de poder do próprio Estado enquanto instituição. Se hoje não existe a preocupação de planejar ações em área local de acordo com os dados epidemiológicos, seria utópico demais esperar que realizem uma compreensão “de perto e de dentro” para entender as dinâmicas locais e suas relações com o sofrimento social de viver ali. Estaríamos então na temerosa situação de produzir apenas mais um discurso. Além disso, seria interessante voltar às periferias no momento atual, em que os conflitos têm ganhado forma, para identificar se houve uma pacificação dos acusados anteriormente de serem a facção violenta, pois agora as próprias forças da ordem acabam sendo apontadas como as que comandam a violência.

Colaboração dos autores

Marquetti elaborou a pesquisa de campo e redação da tese de doutorado base deste artigo e a redação do artigo. Adorno orientou a pesquisa de campo e bibliográfica da tese, orientou a redação da tese de doutorado, participou da adequação e supervisão do texto para o formato de artigo.

Referências

- ADORNO, R. de C. F. A cidade como construção moderna: um ensaio a respeito de sua relação com a saúde e as “qualidades de vida”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 17-30, 1999.
- ARIÈS, P. *História da morte no ocidente desde a Idade Média*. 2. ed. Lisboa: Teorema, 1989. 190 p.
- BECK, U. *Modernização reflexiva*: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997. 264 p. (Série Biblioteca Básica).
- BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2001. p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 6 jul. 2014.
- CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000. 400 p.
- CEINFO. Coordenação de Epidemiologia e Informação. *Boletim da Coordenação de Epidemiologia e Informação da Secretaria Municipal da Saúde do Município de São Paulo*. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 6 jul. 2014.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- FELTRAN, G. de S. Debates no “mundo do crime”, repertórios da justiça nas periferias de São Paulo. In: CANABES, R. et al. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/ perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 215-233. (Coleção Estado de Sítio).
- FOUCAULT, M. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1972. (Coleção Estudos, 61).
- FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 134 p.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FOUCAULT, M. *Seguridad, territorio, población*: curso en el Collège de France (1977-1978). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- FREITAS, J. M. M. de. *Bemaldivida*. São Paulo: Edusp, 1992. 114 p.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991. 177 p.

- MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. de L. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 1-30.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed. São Paulo: Hucitec: Unesp, 1998. 166 p. (Coleção Paidéia, 2).
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de longe: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11- 29, 2002.
- MALVASI, P. A. *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MARQUETTI, F. C. *Discursos e imagens da violência*. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MARQUETTI, F. C. As mortes violentas como forma de transgressão: o suicídio. In: BARRETO, M.; BATISTA, L.; NETTO, N. B. (Org.). *Do assédio moral à morte de si*. São Paulo: Matsunaga, 2011. p. 175-202.
- TAUSSIG, M. T. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do sul*. São Paulo: Unesp, 2010. 385 p.
- ZALUAR, A.; ALVITO, M. Introdução. In: _____ (Org.). *Um século de favela*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24

Recebido em: 14/06/2013
Reapresentado em: 25/03/2014
Aprovado em: 05/05/2014